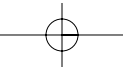
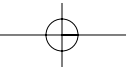
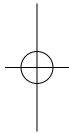
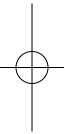
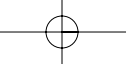


25 de julho





I. SESSÃO DE ABERTURA

O seminário internacional *Pobreza e desenvolvimento no contexto da globalização* é uma realização do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, do Processo de Helsinque sobre Globalização e Democracia, e da Secretaria Geral da Presidência da República. Agradecemos o patrocínio da Petrobras Brasil e o apoio do BNDES. Com a palavra, o sr. Demian Fiocca.

DEMIAN FIOCCA. É com satisfação que estamos aqui reunidos para dar continuidade à agenda de eventos do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. O Centro, que o BNDES tem o orgulho de apoiar, pretende fomentar a mesma atitude de Furtado: crítica na sua postura intelectual, mas construtiva em seu entusiasmo quanto à possibilidade de transformar o país.

Gostaria de ressaltar três preocupações importantes no pensamento de Celso Furtado. Em primeiro lugar, a questão do desenvolvimento nacional. Sua obra desnuda algumas tendências perversas da história de nossa industrialização: desequilíbrios estruturais de balanços de pagamento, inflação e, posteriormente, tendência à preservação do subemprego. Superar tais problemas, para Furtado, não era simples questão de aumento da oferta de bens e serviços, ou acumulação de capital. O subdesenvolvimento seria a manifestação de complexas relações de dominação e dependência entre povos e tenderia a se perpetuar. A partir desse diagnóstico original, Furtado defendeu a necessidade do planejamento e de apoio do Estado, que deveria se capacitar de modo a imprimir eficiência e sustentabilidade ao processo de industrialização.

Em segundo lugar, Furtado abordava os problemas de desenvolvimento em seu sentido amplo, isto é, destacando a redução da desigualdade de renda e a

inclusão social. As desigualdades entre as economias centrais e periféricas estão no centro de sua análise, e o combate às injustiças sociais é parte integrante de suas reflexões. Por fim, o desenvolvimento deveria ser entendido como o crescimento integrado, visando a redução também das desigualdades regionais. Permanecendo fiel às suas origens, o paraibano de Pombal Celso Furtado ressaltava que o Nordeste perdia sistematicamente renda e recursos produtivos para o resto do país e que era necessário inverter esse processo, mediante políticas públicas específicas. Já nos anos 50, compreendeu que as desigualdades se agravaram e que isso era preocupante para o nosso futuro como povo.

Foi tal percepção que o levou a propor a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão pioneiro para resolver as diferenças regionais do Brasil, do qual foi o primeiro superintendente. Furtado insistia em se caracterizar como um intelectual de ação. Entendia que a superação do subdesenvolvimento passava pela formação de centros nacionais de decisão e pela consciência de sua dimensão política. Nessa perspectiva, acredito que apoiaria as medidas que vêm sendo implementadas pelo governo. Aliás, quando da refundação da Sudene, em julho de 2003, Furtado afirmou: “ainda que os obstáculos sejam múltiplos e crescentes, o que importa é privilegiar, como vem sendo feito, os objetivos sociais e liberar o Estado da obsessão economicista que o marcou nos anos recentes”.

Dentro das ações recentes da política de desenvolvimento do governo, podemos destacar alguns pontos gerais. Primeiro, no que se refere à questão do desenvolvimento. Acredito que o Brasil entrou num novo ciclo a partir de 2004, caracterizado pela retomada do crescimento e inflação declinante, disciplina fiscal e superávit em contas correntes. O crescimento este ano poderá superar os 4%, indicando que a desaceleração de 2005 não representou uma tendência nem foi efeito de alguma fragilidade estrutural, mas apenas um desvio de natureza conjuntural. O crescimento vem sendo liderado pela indústria, que aumentou sua participação no Produto Interno Bruto, de 36% em 2002, para 38% no primeiro trimestre de 2006.

Em segundo lugar, no tocante à redução das desigualdades sociais, vários trabalhos têm apontado a melhora na distribuição de renda, seja pela queda no índice de Gini, seja pelo aumento da participação dos mais pobres na renda. A redução das desigualdades decorre de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), que deverá representar no ano de 2005-2006 um valor de nove bilhões, resultado 60% superior ao

desembolsado em 2004; o programa Bolsa Família, que hoje alcança 11,1 milhões de famílias e alcançava apenas 3,6 milhões em 2003; e a criação líquida de empregos formais, que, na média, subiram de 700 mil por ano, no período de 2000-2002, para 1,1 milhão por ano no período de 2003-2005. Em 2006, a média mensal de crescimento de empregos formais anda na casa de 150 mil por mês, superior ainda à média de 2003-2005. O estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, em dezembro de 2005, mostra que entre 2002 e 2004 a participação na renda total dos 50% mais pobres aumentou de 13,2 % para 14,1%.

Projeções elaboradas pela Secretaria de Economia aqui no Banco, e que estamos publicando hoje no nosso boletim *Visão do Desenvolvimento*, apontam para a continuidade do crescimento dessa participação, que deve atingir 15,1% da renda em 2006. Esses dados dão apenas o impacto do aumento real do salário-mínimo, sem considerar outras formas de rendimentos. Os desequilíbrios regionais vêm também se reduzindo, em particular no Nordeste. A participação do Nordeste no valor adicionado na indústria de transformação subiu de uma média de 9,1%, no período 1995-98, para 10,5%, entre 1999 e 2003. Os avanços no desempenho do Banco do Nordeste contribuem para o atual período promissor em que se encontra a economia da região. Sua carteira de crédito global passou de 15,9 bilhões em 2003 para 22,3 bilhões em 2005. Estou chamando a atenção para esse dado do Banco do Nordeste, ainda que os desembolsos do BNDES para o Nordeste também tenham crescido no ano passado e no início deste ano mais do que a média nacional, porque o trabalho de seu presidente, Roberto Smith, e equipe é impressionante.

O governo federal retomou obras estruturantes de grande envergadura na região, como a Transnordestina, que proporcionará infra-estrutura ferroviária de primeiro nível aos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, e a refinaria da Petrobras em Pernambuco, que representa investimentos de 2,5 bilhões de dólares, e que deverá processar entre 200 e 250 mil barris de petróleo por dia, ou seja, cerca de 10% do que hoje o país produz, e gerar 230 mil empregos ao longo de quatro anos.

Gostaria de abrir o seminário de hoje com essa visão otimista de que políticas públicas, quando bem direcionadas e executadas, mostram resultados. São grandes os nossos desafios sociais. No Brasil, como na América Latina, há muita desigualdade, é um problema estrutural, mas não é insolúvel. Os dados recentes mostram que estamos avançando. Muito obrigado e sejam bem-vindos.

LAÍS ABRAMO. Globalização, pobreza e desenvolvimento: a reflexão sobre cada um desses temas e a relação entre eles é atual e necessária. Eu acrescentaria outro tema, que certamente estará presente nos debates: a desigualdade social.

As conclusões do relatório da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, criada pela Organização Internacional do Trabalho no final de 2001, e que foi presidida pelos chefes de Estado da Tanzânia e da Finlândia, são claras ao dizer que o atual processo de globalização está gerando resultados muito desiguais entre países e no interior de cada um deles, e que essas desigualdades globais são inaceitáveis do ponto de vista moral e insustentáveis do ponto de vista político. Com efeito, cresce a desigualdade entre países e se intensificam os processos de exclusão social. Cresce a divisão entre a economia global formal e a economia local informal. As medidas de abertura dos mercados e as regras econômicas e financeiras prevalecem sobre as regras de instituições sociais. Assiste-se ao enfraquecimento da maioria dos Estados nacionais e da sua autonomia para formularem políticas econômicas e de desenvolvimento. A maioria dos que trabalham e vivem nas economias informais continuam sem acesso aos benefícios da globalização. E, para amplos contingentes dessas pessoas, a situação tem piorado.

A comissão aponta ainda que esses fenômenos são consequência, não da globalização em si, mas dos problemas relacionados à sua governança. Sobre a base de profundas desigualdades já existentes, os mercados globais cresceram rapidamente e esse crescimento não foi acompanhado por um desenvolvimento paralelo das instituições econômicas e sociais necessárias para que o seu funcionamento tivesse um caráter mais equitativo. As regras globais, chave em matéria de comércio e finanças, são pouco equitativas e as repercussões são muito desiguais para os países ricos e os países pobres. Isso acontece porque essas regras e políticas são consequência de um sistema de governança global configurado em grande medida por poucos países-atores poderosos. Constata-se um grave déficit democrático nos próprios fundamentos do sistema. A grande maioria dos países em desenvolvimento continua tendo pouca influência nas negociações globais sobre essas regras e na determinação das políticas das instituições econômicas e financeiras primordiais.

Da mesma forma, os trabalhadores e trabalhadoras e a cidadania em geral, especialmente os mais pobres, têm poucas possibilidades de participação no processo de governança. Frente a isso, que fazer? O relatório da comissão apon-

ta para o desafio de promover uma globalização justa que crie oportunidade para todos. Alguns aspectos dessa proposta seriam uma boa governança política, baseada no sistema político democrático com respeito aos direitos humanos, ao império da lei e da justiça social; um Estado eficaz e fortalecido, que garanta o crescimento econômico significativo e estável, proporcione bens públicos, proteção social e o respeito à legislação trabalhista, potencialize as capacidades das pessoas graças ao acesso universal à educação de qualidade e a outros serviços sociais, desenvolva políticas ativas e dinâmicas de geração de empregos de qualidade e promova a igualdade de gêneros; uma sociedade civil dinâmica, com liberdade de associação e de expressão e que reflita e expresse a diversidade de interesses e opiniões.

É fundamental a existência de organizações que representem os interesses públicos, os pobres e grupos desfavorecidos e discriminados para garantir uma governança participativa e socialmente justa. Entre os compromissos globais assumidos pela ONU e que contribuem para uma globalização mais justa, está sem dúvida a Declaração do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) que dela decorrem e que foram assumidos como compromisso pelos chefes de Estado reunidos na cúpula do milênio no ano 2000.

Esses objetivos não constituem uma visão compreensiva do desenvolvimento, mas são sem dúvida marcos referenciais importantes que oferecem indicações claras para o avanço do desenvolvimento inclusivo equitativo nas nossas sociedades. No caso da América Latina, apesar dos esforços significativos que vêm sendo realizados em muitos países, o relatório da CEPAL de acompanhamento dos ODMs para o conjunto da região foi claro ao apontar que um dos principais obstáculos para que eles se cumpram de forma satisfatória é a persistência de índices inaceitáveis de desigualdade social na maioria dos países da região.

Infelizmente, a América Latina, apesar de não ser o continente mais pobre do mundo, continua sendo o mais desigual e esse é um desafio a ser enfrentado de maneira muito decidida. Uma vez mais se explicita a forte relação entre a pobreza e a desigualdade social. Mas a pobreza e a desigualdade social só serão reduzidas de maneira significativa se os desequilíbrios existentes nos mercados de trabalho forem resolvidos. O trabalho, não qualquer trabalho, mas aquele que seja exercido em condições mínimas de qualidade, proteção social e com direitos, é uma das formas mais diretas pelas quais o desenvolvimento pode favorecer as pessoas.

Uma distribuição mais justa dos benefícios gerados pela globalização e, portanto, capaz de reduzir a pobreza e a desigualdade social, requer que os países e as empresas sejam capazes de converter as oportunidades globais em geração de empregos e elevação de renda para grandes contingentes da população hoje excluídos. Isso implica também que a geração de emprego de qualidade e de trabalho decente seja considerada uma meta fundamental das políticas e estratégias do desenvolvimento econômico e social, incluídas aquelas destinadas a superar a pobreza no contexto do cumprimento dos ODMs, tal como foi definido, em compromisso assinado por 150 chefes de Estado, na sessão especial na Assembléia das Nações Unidas realizada em setembro de 2005, em Nova York. Esse compromisso acaba de ser reiterado na última reunião do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, realizado em Genebra, no começo do mês de julho, quando foi aprovada uma declaração ministerial afirmando a necessidade de se criar um entorno nacional e internacional que propicie a promoção do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente para todos como base de um desenvolvimento sustentável. Transformar esse compromisso em realidade é sem dúvida um grande desafio. Como isso será feito, e até que ponto será possível cumpri-lo no momento atual são temas a ser debatidos neste seminário. Muito obrigada.

ILARI RANTAKARI. Senhoras e senhores, em nome dos membros do Processo de Helsinque, do ministro do Exterior da Finlândia, Erkki Tuomioja, da ministra do Exterior da Tanzânia, Asha-Rose Migiro, gostaria de agradecer aos organizadores deste encontro – o governo brasileiro e o Centro Celso Furtado – pelo compromisso que demonstraram em encontrar respostas às urgentes questões sobre a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento. Estas devem ser as prioridades da comunidade internacional se quisermos atingir os ODMs por volta de 2015.

O Processo de Helsinque de Globalização e Democracia foi iniciado em 2003, como resultado de uma conferência de dezembro de 2002 sobre o tema “em busca de novos parceiros”. Desde o início, o objetivo do Processo foi promover um diálogo entre os múltiplos países, em nível global, de modo a encurtar as distâncias entre os vários interlocutores do Norte e do Sul; procurar um campo comum para responder aos desafios globais e explorar de que maneira a energia e o engajamento dos vários atores poderiam promover uma síntese para apoiar a implementação da Declaração do Milênio.

A idéia-chave por trás do Processo de Helsinque é a de que vários agentes – os governos, a sociedade civil, a comunidade de negócios, as organizações inter-

nacionais, as universidades e a mídia – podem desempenhar um importante papel acelerando a conscientização em torno de uma solução para os problemas e a implantação de compromissos globais.

Desde que os governos consigam chegar a um acordo quanto às normas e estruturas legais, os respectivos atores e negociadores têm as soluções técnicas e os conhecimentos necessários para resolver eficientemente o problema. A sociedade civil tem a força e a capacidade tipicamente necessárias para não só contribuir para o diálogo cívico, mas também conscientizar e mobilizar a vontade política. Uma vez combinadas, as ações em comum desses diferentes agentes poderiam pôr em evidência a nova era de formulação e implantação da agenda global.

Na primeira fase do Processo de Helsinque, o grupo de Helsinque de alto nível traçou três pistas para fazer avançar o diálogo e formular as prioridades referentes aos desafios globais. As pistas exploradas foram as seguintes: as novas e bem fundamentadas governanças globais e a liderança global avançada; a discussão sobre como mobilizar as finanças, tanto dos países desenvolvidos quanto dos países em desenvolvimento, a fim de satisfazer os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; e as medidas prioritárias para que se dê poder às comunidades em perigo.

Nos debates durante nossos encontros, foi por todos destacado o porquê da necessidade de uma governança nacional aperfeiçoada, de uma liderança confiável e transparente, e de métodos inclusivos de formulação política. O Grupo de alto nível de Helsinque foi instado a analisar as recomendações de ações prioritárias em prol de uma governança global mais aperfeiçoada e mais democrática.

Nas contínuas reuniões, do início de 2004 até 2005, o Grupo de Helsinque discutiu problemas que iam da segurança aos direitos humanos, e do desenvolvimento às questões ecológicas. Embora tivesse abordado várias áreas problemáticas, o Grupo manteve como sua preocupação-chave o desafio da governança nacional global aperfeiçoada mediante o engajamento de recursos e vontade política por parte de todos os agentes.

Em 2005, no preparo da Conferência de Helsinque, um grupo de amigos do Processo de Helsinque — os governos de Nigéria, Brasil, Canadá, Egito, Hungria, Índia, Malásia, México, África do Sul, Espanha, Tailândia e Reino Unido – foi convidado a se engajar no Processo e em suas ações futuras. Esse grupo forneceu ao Processo um suporte político especialmente valioso.

A primeira fase do Processo de Helsinque permitiu que os participantes estudassem as modalidades de diálogo entre os codificadores multi-posicionais e discutisse as prio-

ridades. Contudo, a Conferência de Helsinque de setembro de 2005, no fito de autorizar a mobilização da vontade política, concluiu que ainda há muita coisa a ser feita.

Baseada nas lições aprendidas na primeira fase do Processo de Helsinque, a segunda fase focaliza problemas específicos, ao invés de temas amplos, busca introduzir o diálogo entre os codificadores multi-posicionais e coopera com áreas onde o Processo, sem ser ainda prática comum na atualidade, possa agregar valor. A segunda fase tem duas finalidades principais: traduzir as propostas feitas durante a primeira fase para ações concretas; e desenvolver o diálogo entre os codificadores multi-posicionais para que, a partir da identificação dos problemas, possam encontrar soluções para os mesmos.

Defesa do Processo

Os governos vão desempenhar um papel-chave promovendo e implantando as propostas feitas pela primeira fase do Processo. Eles tiveram acesso às propostas e selecionaram algumas a serem agilizadas. Foram traçados roteiros para as ações propostas. Eis as questões apontadas e os países que se encarregam dos debates respectivos:

1. Combate à corrupção, tendo por sede a Finlândia;
2. Governança global efetiva, sediado pela Malásia;
3. Desigualdade entre os sexos, sediado pela África do Sul;
4. Tráfico de seres humanos, sediado pela Tailândia;
5. Migrações, sediado pelo México;
6. Pobreza e desenvolvimento, sediado pela Tanzânia;
7. Promoção de tecnologia da informação e da comunicação, sediado pelo Egito;
8. Água e vigilância sanitária, sediado pela Espanha.

O Grupo de Helsinque e a Conferência de Helsinque identificaram uma série de problemas urgentes que não haviam sido abordados de maneira adequada durante a primeira fase, quais sejam: aprofundar a exploração de um diálogo contínuo entre os codificadores multi-posicionais. A Finlândia e a Tanzânia têm buscado parceiros para atuarem como anfitriões de simpósios no modelo deste aqui, o que poderia proporcionar uma oportunidade para discutir problemas em torno dos quais ainda não se chegou a nenhum entendimento em comum; enquanto isso, um maior diálogo é necessário para se traçar as etapas de um plano de ações concretas.

Se é verdade que roteiros e simpósios são elementos independentes da segunda fase (os roteiros visam a promover ações sobre problemas já acordados, enquanto os simpósios visam a criar espaço para o diálogo a fim de se chegar a um consenso em torno de novos problemas), é necessário não só garantir a comunicação entre ambos, como também, sempre que convier, combinar os esforços.

Esta reunião do Rio, patrocinada pelo governo do Brasil e pelo Centro Celso Furtado, busca prolongar a discussão em andamento, cujo foro focaliza vários problemas referentes ao combate à pobreza e à promoção do desenvolvimento, tais como reformar as instituições financeiras internacionais, tornar a globalização mais igualitária em benefício de todos e fazer uso do potencial de arrecadação de verbas através de mecanismos inovadores de financiamento.

Fico feliz em saber que uma das sessões deste conclave será dedicada ao traçado de um plano de metas para a América do Sul. Espero que isso ajude a sair do diálogo para a ação concreta. Este é um dos maiores desafios que enfrentamos! Não faltam propostas de ação. O que falta é vontade política para implantar tais propostas. Obrigado pela atenção. Que este seminário tenha o máximo sucesso.

LUIZ GONZAGA BELLUZZO. Este é, na verdade, o primeiro passo que o Centro Celso Furtado dá fora de casa, fazendo a sua primeira aproximação com o debate internacional sobre as questões da desigualdade e da pobreza. Não é que falem no Brasil trabalhos e estudos sobre o tema, mas como os economistas brasileiros escrevem em português, precisamos ouvir e ser ouvidos pelos que trabalham costumeiramente nessa área. Tenho certeza de que este seminário vai representar um marco para o programa de pesquisas e investigações do Centro. O Centro foi pensado a partir da rica experiência do professor Furtado, e nós não pretendemos que ele se restrinja às questões, digamos, econômicas e sociais de desenvolvimento, mas também às suas implicações culturais.

É cada vez mais importante o debate das relações entre cultura e desenvolvimento, pois como dizia o filósofo Theodor Adorno não há liberdade sem compreensão, não há liberdade sem entendimento. Imagino que nós, a despeito de todos os avanços, entre aspas, da sociedade contemporânea, prosseguimos na tentativa de realizar os ideais do Iluminismo e da Revolução Francesa. Portanto, imagino também que perseguimos com igual fervor a liberdade e a igualdade, cuja conciliação a experiência moderna mostra que não é fácil. E não há liberdade neste mundo sem igualdade econômica.

Esse é, em linhas gerais, o projeto deste Centro, que na verdade se pretende independente e autônomo, com capacidade crítica suficiente para se desvencilhar das conjunturas econômicas e políticas e pensar a longo prazo. Queria dar essa mensagem da presidência do Centro e sublinhar a importância da contribuição de muitos que não estão nesta mesa para a formação do Centro e sua consolidação. Refiro-me a Carolina Albuquerque, a Carlos Tibúrcio, a Claudio Cerri, a Nelson Barbosa, e a todos que contribuíram e deveriam estar aqui, numa homenagem ao princípio da igualdade. Muito obrigado.

LUIZ DULCI. Bom dia, senhoras, senhores. Quero expressar minha satisfação de estar aqui na abertura da primeira atividade propriamente internacional do Centro Celso Furtado. Acredito que vai ser um seminário produtivo e fecundo, e os temas escolhidos comprovam o que disse o professor Belluzzo. Tendo como patrono Celso Furtado, o Centro Celso Furtado não poderia ser diferente: independente, plural, acolhendo diferentes pontos de vista e abordagens, superando qualquer sectarismo menor, qualquer oficialismo que sempre prejudicaria a reflexão.

Queria dar um testemunho sobre a atualidade da obra de Celso Furtado. Não sou da área econômica, estudei aqui na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Embora minha área seja outra, fui muito marcado pelo pensamento do professor Celso Furtado e creio que ele tem atualidade e vigência para o Brasil e o mundo, sem nenhuma patriotada fora de lugar, pela capacidade de pensar grande sem descolar do concreto. E isso não é fácil. Celso era capaz de elaborar teorias gerais, mas a partir da observação da experiência histórica brasileira, da América Latina e do mundo, o que não é tão usual quanto possa parecer. Gostaria de destacar algumas idéias-força da obra de Celso Furtado que me parecem muito atuais no esforço que o Brasil está fazendo, mas que têm o mesmo valor em qualquer país que busque elaborar e praticar a estratégia de desenvolvimento.

A primeira é a capacidade de combinar o nacional e o universal. No caso dele, acho que é até mais: visceralmente paraibano e ao mesmo tempo um cidadão do mundo, no melhor sentido. Eu me lembro de um texto em que Celso Furtado falava de um novo internacionalismo a partir das identidades, sempre problemáticas neste início de século XXI, mas nem por isso menos reais e, às vezes, dolorosamente reais. As palavras não eram exatamente essas, mas ele dizia que não se tratava de fechar o Brasil ao mundo e nem se tratava de diluir o Brasil no

mundo. Tratava-se de afirmar o Brasil no mundo, a soberania nacional no mundo, não de maneira reativa mas justamente pela relação do Brasil com seus parceiros e interlocutores. Esse é um conceito muitíssimo fecundo.

O modernismo brasileiro, cultural e literário, foi, antes de tudo, isso: a capacidade de dialogar com a melhor literatura do mundo, sem copiar; de criar uma literatura original, em sintonia com o que se fazia de mais avançado no mundo, mas sem uma postura reativa, de nacionalismo. Os escritores brasileiros se apropriaram do que havia de técnica e esteticamente mais avançado na época e produziram uma literatura eminentemente brasileira. Não partindo da premissa da negação do outro, mas do aspecto nacional e cosmopolita ao mesmo tempo, como é a obra de Celso Furtado. Ou seja, definir uma estratégia de desenvolvimento nacional, não pela negação do mundo, mas pela integração, pela inserção soberana do país no mundo.

Outra idéia muito fecunda para o Brasil de hoje é a de que o país vai superar a dicotomia estéril, que prevaleceu no período chamado neoliberal, entre crescimento ou estabilidade. Celso Furtado disse que a estabilidade era necessária ao crescimento, caso contrário o crescimento não seria sustentável. Vivemos essa armadilha teórica durante muitos anos no Brasil. E ele mostrou que não só as duas coisas são possíveis e compatíveis, como necessárias para um verdadeiro processo de desenvolvimento, entendendo por desenvolvimento não apenas o crescimento econômico, mas a apropriação coletiva do crescimento pela comunidade. É uma idéia que parece óbvia, mas nos tempos que correm está longe de sê-lo, e exigiu durante longos anos uma coragem tremenda. É a idéia de que desenvolvimento é muito mais que mero crescimento econômico, ainda que o pleno crescimento não possa ser promovido com estagnação econômica.

Outra idéia que me parece importante é a de combinar a expansão das exportações, a presença econômica do país no mundo, com expansão do mercado interno. Celso Furtado mostrou que as duas coisas podem e devem andar juntas. Uma estratégia de desenvolvimento deve dar conta do incremento das exportações, sempre com maior valor agregado, sem por isso virar as costas ao mercado interno, e, o que é mais importante, fazendo-o com distribuição de renda. Uma das coisas que mais me impactaram como leigo interessado na obra de Celso Furtado era a idéia de que o investimento social – o presidente Lula tem dito que não deve ser chamado de gasto –, além de ser justo em si e necessário para reduzir a desigualdade, tem um impacto econômico virtuoso. Estamos verificando isso no Brasil de hoje. A transferência de renda, o con-

sumo popular, o crédito popular, tudo isso tem não só sentido ético e social, mas impacto econômico muito positivo para assegurar o aquecimento da demanda interna, o dinamismo das pequenas e médias empresas.

O Brasil tem estados com 10 milhões de habitantes que não exportam absolutamente nada. Não podemos ter uma estratégia de crescimento econômico sustentado baseada apenas no incremento das exportações, ainda que isso seja imprescindível. É preciso combinar mercado interno e externo. E Celso Furtado mostrou na sua elaboração teórica, mas também com exemplos práticos, análise de processos históricos concretos, que isso é possível. Até recentemente essa era mais uma das dicotomias estéreis da vida brasileira.

A última idéia é o papel do Estado. Quando boa parte da esquerda brasileira era fortemente estatista, Celso Furtado já não era. Mas quando muita gente transitou para uma posição conservadora, negando qualquer papel ao Estado numa estratégia de desenvolvimento, e transitando de um lado a outro freneticamente, Celso Furtado estava no lugar onde sempre esteve, dizendo que não há estratégia desenvolvimento, especialmente em países periféricos, sem um forte papel do Estado. Não no sentido de estatizar a economia; menos ainda no de estatizar a vida social, cultural ou política, mas um Estado articulador e coordenador do processo de desenvolvimento e indutor de investimentos sociais e econômicos. Sem o Estado não pode haver política nacional de desenvolvimento regional, por exemplo. Se estivermos entregues apenas à lógica do mercado nunca haverá política de desenvolvimento regional. O mercado não é suficiente para assegurar um crescimento harmônico nem para corrigir as desigualdades sociais e regionais.

Celso Furtado nunca foi economicista. E a sua própria prosa mostra isso: um estilo encrespado e sertanejo, que revela a moralidade do personagem, sem nenhuma palavra gratuita, nada meramente retórico, mas um compromisso de corpo e alma com as causas que defendia nesses tempos de pós-modernidade aguada. Um homem assim é exemplo não só de doutrina, mas de postura, atitude, modo e estar no mundo.

Acho que o pensamento de Celso Furtado é muito precioso para nós, brasileiros, mas também é uma das grandes contribuições que o Brasil deu ao mundo no século XX. Nada mais justo que um Centro com o seu nome seja um centro internacional. É um pensamento original e originado em nosso país, mas sempre com vocação universal, e é justo que possa ser divulgado em outros

países e ajudar a fecundar processos de desenvolvimento, de superação das opressões, de libertação em diferentes regiões do país. Não é uma esperança vã, essa que todos depositamos no Centro Celso Furtado, com o perfil singular de independência e compromisso. Independência necessária à reflexão teórica, e compromisso com a sociedade brasileira. O fato de sermos periféricos não nos impede de pensar o todo, pelo contrário. Neste início do século XXI o mundo precisa que os países menores ou que os grandes periféricos tomem em mãos a iniciativa de pensar uma nova ordem econômica, política e social, moral para o mundo, já que alguns países líderes abdicaram dos ideais humanistas.

As metas do milênio não abrangem tudo, mas já são uma espécie de programa mínimo do humanismo contemporâneo. Não é pouca coisa. E com toda a certeza, as metas do milênio não se tornarão realidade se depender apenas dos países hoje hegemônicos no mundo. Muitas vezes a novidade, a chispa, a centelha criativa não nasce no centro. A perspectiva de humanização do planeta, sem nenhum preconceito, talvez resida mais nos países periféricos da Ásia, da África, da América Latina, e também nos países menos hegemônicos da própria Europa. Desejo a todos um excelente seminário.

Exibição, em pré-estréia, do documentário
“O longo amanhecer – cinebiografia de Celso Furtado”,
do cineasta José Mariani.

